

EMBATES ENTRE A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E O PATRIMÔNIO CULTURAL: OS CORTADORES DE PEDRA NA CHAPADA DIAMANTINA

Paula Pflüger Zanardi¹

Resumo: O ofício dos cortadores de pedra em Campos de São João, no município de Palmeiras, Bahia foi inventariado pelo Iphan (INRC-CD). Para tratar do ofício apresento o seu contexto, os embates ambientais, sobreposição de acautelamentos ambientais e patrimoniais na região e a interdição da extração de pedras. Discuto políticas públicas ou conceitos que poderiam ser agenciados na dissolução de conflitos e questões referentes a descriminalização do ofício e as possibilidades de sua continuidade.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Ofícios tradicionais. Meio ambiente.

Abstract: The stonecutting craft in the village of Campos de São João, Bahia was one of the crafts studied by the National Inventory of Cultural References (INRC-CD). To present this craft I will explore the context in which they find themselves, the environmental issues, and the overlap between environmental and heritage preservation areas. Finally, I present some public policies and concepts that can be used as tools to dissolve conflicts and think of new possibilities for the continuity of this craft.

Key-words: Cultural Heritage. Traditional crafts. Environment.

¹ Mestra em Preservação do Patrimônio Cultural (IPHAN/PEP) e Bacharela em Ciências Sociais (UFSC). É consultora UNESCO para o patrimônio imaterial no Pará – paula.zanardi@gmail.com

Introdução

O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é um instrumento de pesquisa utilizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) para identificar bens culturais de natureza imaterial desde o ano 2000. Particpei, enquanto pesquisadora, da Segunda Etapa do Inventário Nacional de Referências Culturais dos Mestres e Artífices da Construção Civil Tradicional na Chapada Diamantina (INRC-CD). Foram entrevistados 40 mestres do saber construtivo tradicional deste território acerca de seu ofício e sua história de vida. A partir do meu lugar enquanto pesquisador(a) no INRC-CD, pude conhecer diferentes grupos de cortadores de pedra, dentre os quais elegi um para estudar na minha pesquisa de mestrado por compreender os ofícios de pedra como os mais representativos do território da Chapada Diamantina.

O projeto Mestres Artífices surge no ano de 2007², a partir da compreensão de que, para se preservar os monumentos históricos, é necessário assegurar os saberes tradicionais das técnicas construtivas. Portanto, pretendia-se que as restaurações executadas pelo programa contassem, em seu corpo técnico, com a presença dos mestres do saber construtivo tradicional, que seriam capazes de restaurar edificações históricas se utilizando de materiais e técnicas similares aos originais. Contudo, conforme observo ao longo deste artigo, outros embates se colocam entre a preservação do patrimônio e dos ofícios tradicionais.

Para a pesquisa de mestrado trabalhei em parceria com um pequeno grupo de cortadores de pedra de Campos de São João, distrito de Palmeiras, Bahia. A minha rede de interlocutores era formada por trabalhadores que estiveram à frente do processo de formação da cooperativa dos extratores de pedra, sendo dois deles presidente e vice-presidente da atual Associação dos Extrativistas de Pedras do Povoado de Campos de São João. Eram eles também que mobilizaram os trabalhadores pela legalização da pedreira após embargo. Identifico e apresento ao longo deste artigo, os saberes construtivos tradicionais em suas práticas e técnicas ao mesmo tempo que levanto os principais entraves e desafios para a sua preservação.

² Foram realizadas três edições deste projeto, cada qual inventariou os mestres artífices de seus estados: Minas Gerais (2009 a 2010), Santa Catarina (2012) e Pernambuco (2012), sendo este INRC-CD a quarta aplicação do instrumento a esta temática.

A Chapada Diamantina e as instâncias de proteção

São diversas as medidas de proteção que incidem sobre o território de identidade³ da Chapada Diamantina. Destaca-se o Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD) datado de 1985⁴, com área de 152.000 hectares que engloba parte dos municípios de Andaraí, Ibicoara, Itaetê, Lençóis, Mucugê e Palmeiras. Inicialmente sob tutela do IBAMA, atualmente o parque é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação Ambiental (ICMBio) e conta com Plano de Manejo desde 2007. A criação do parque acarretou em transformações significativas na região: as atividades tradicionalmente praticadas – como a criação de gado, garimpo, coleta de sempre-viva⁵ e espécies vegetais para alimentação e uso medicinal, caça, roçado, extração de recursos naturais para a construção, etc. – foram proibidas em prol da preservação ambiental, o que implicou em uma série de conflitos ainda não solucionados, sobretudo na relação delicada que se estabelece com as comunidades tradicionais que o habitam. Os principais desafios da gestão do Parque Nacional estão em cumprir com “as indenizações não realizadas, a falta de fiscalização que contribui para queimadas criminosas, garimpos clandestinos, desmatamento e caça predatória” (INRC-CD, 2015 p.200).

A política de meio ambiente no estado da Bahia é de responsabilidade do INEMA⁶ e, na Chapada Diamantina, é de sua competência gerir as Áreas de Proteção Ambiental (APA) Marimbus-Iraquara e APA Serra do Barbado, ambas criadas em 1993, assim como implementar seus Planos de Manejo.

A princípio, a APA é uma categoria de manejo com o objetivo de proteger recursos hídricos e paisagens, propiciar recreação, incentivar o uso sustentável dos recursos naturais, estimular o desenvolvimento regional e servir como zona-amortecimento a uma outra área protegida, neste caso, o Parque Nacional (INRC-CD, 2015. P.194).

Destaco a APA Marimbus – Iraquara, pois circunscreve o povoado estudado. Esta Unidade de Conservação faz divisa com o PNCD e açambarca a região serrana onde se encontra o Morro do Pai Inácio, tombado pelo Iphan⁷.

³ Classificação da Secretaria de Cultura da Bahia (SECULT) que divide o estado em 27 Territórios de Identidade definidos a partir de critérios socioeconômicos e de identidade cultural.

⁴ Decreto nº 91.655 de 1985.

⁵ As sempre-vivas são flores que se conservam sec

as com o mesmo formato que tinham antes da colheita, e comercializadas para decoração. Na Chapada Diamantina foram a fonte de renda principal dos habitantes de Mucugê, território em que está dispersa, após o declínio do ciclo do diamante.

⁶ Em 2003 transferiu-se a gestão das Unidades de Conservação Estaduais (UC) para a Superintendência de Desenvolvimento Florestal e Unidades de Conservação, da estrutura da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Com a criação do INEMA (Lei nº 12.212 de 4 de maio de 2011), o órgão passou a gerir as UCs e emitir autos de infração que embargaram a pedreira estudada. Em depoimento oral a gestora da APA, Ana Delfino, afirma que existe em Campos de São João uma “repulsa ao meio ambiente”, refere-se não à natureza, mas às práticas de preservação ambiental que reprimem os modos de vida da comunidade.

⁷ O Morro do Pai Inácio foi inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico no dia 05 de maio de 2000.

O território Chapada Diamantina também conta com diversos parques municipais que visam a proteção de áreas naturais consideradas de grande valor ecológico. Geralmente as Unidades de Conservação municipais correspondem às áreas de atrativos turísticos. Estes parques não contam, em sua maioria, com planos de manejo nem conselho gestor, sendo poucos os funcionários municipais disponíveis para sua gestão. Apesar de sua administração incipiente, alguns destes parques cobram taxa de visitação ao turista, integrando a receita municipal. As áreas de proteção municipal encontram-se em adjacências ao Parque Nacional e às APA.

No âmbito do patrimônio cultural, há os conjuntos arquitetônicos e paisagísticos de Lençóis, Rio de Contas, Mucugê e Igatu⁸.

Há também os tombamentos em nível estadual realizados pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia (IPAC): na Chapada Diamantina tem-se somente a “Área Contígua de Proteção ao centro Histórico de Igatu” enquanto parque de conservação ambiental, datado de 5 de novembro de 2002. No entanto, existem outros 17 bens⁹ no território com processo em andamento, sob a rubrica de “tombamento provisório” pela instituição.

No campo do patrimônio imaterial foram realizados três edições do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC): do município de Rio de Contas (2005 e 2006) e do município de Mucugê (2008 e 2009). Objetivava-se com estes INRCs criar um diálogo entre o Iphan e as populações das cidades tombadas, cujo primeiro identificou “mais de 500 manifestações, que contemplam danças, folguedos, culinária, festejos populares e ofícios diversos” (INRC-CD, 2015); já o segundo contou com ações devolutivas e de salvaguarda. Por fim, também foi realizado o INRC dos Mestres e Artífices da Construção Civil Tradicional da Chapada Diamantina (2015-2017), pesquisa que me levou a este objeto de estudo. Encontra-se em processo de Registro, nas esferas estadual e federal, a Festa do Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos, o padroeiro dos garimpeiros de Lençóis. Há também uma ampla quantidade de bens culturais identificados na primeira etapa do INRC-CD, como reisados, marujadas¹⁰, jarê¹¹, baianas, festas de santo, além dos saberes construtivos tradicionais objeto deste inventário.

⁸ O histórico destes tombamentos é apresentado por Mangili (2015) em sua tese “Anseios, dissonâncias, enfrentamentos: o lugar e a trajetória da preservação em Lençóis (Bahia)”.

⁹ O patrimônio cultural da Bahia pode ser consultado na plataforma SIPAC:
<http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/territorio/chapada-diamantina/>

¹⁰ As manifestações das Cheganças, Marujadas e Embaixadas são registradas como patrimônio imaterial pelo IPAC no Livro Especial de Expressões Lúdicas e Artísticas.

¹¹ O Jarê é uma religião de matriz africana que existe exclusivamente em cidades do Parque Nacional da Chapada Diamantina. A manifestação foi estudada na teses de doutorado de Miriam Rabelo (1990) e de Gabriel Banaggia (2013).

Os desafios da preservação

Coloca-se o desafio da sobreposição destes diferentes acautelamentos. Como estabelecer medidas de proteção ambiental, mas, ao mesmo tempo, dar as condições de continuidade para transmissão às novas gerações dos saberes tradicionais que se utilizam das matérias primas disponíveis na região?

As riquezas dos tempos áureos do garimpo se foram com o fim da extração do diamante, mas ficaram como herança os conhecimentos associados à prática: o caminhar na serra, o uso das plantas nativas e, sobretudo, o conhecimento acerca das pedras que compõem o cenário da Chapada. Para acessar o diamante que ficava misturado ao cascalho, o garimpeiro de serra precisava cortar a pedra. Essa mesma pedra era utilizada como matéria prima para a construção de tocas, aquedutos, regos, pontes, casas. Nas trilhas da Chapada Diamantina encontram-se muitas ruínas e estruturas do garimpo em pedra encobertas pela vegetação.

Cortar a pedra é um saber associado a várias outras práticas amalgamadas no território: primeiro é preciso fazer a coivara para extrair carvão vegetal que será usado no fole para forjar as ferramentas, que, por sua vez, serão empregadas para cortar a pedra.

Para a coivara¹², faz-se um acero largo, impedindo que o fogo se espalhe para além da área delimitada; outra prática que os cortadores de pedra de Campos de São João empregam para controlar o fogo é utilizar madeiras menores e não deixar o fogo crescer muito. Segundo Marcos, um dos principais interlocutores nesta pesquisa, a utilização de galhos ao invés de árvores inteiras tem outra explicação: é necessário manusear o carvão para que ele não passe do ponto onde ele é utilizado para o fole. Nele, os cortadores de pedra demonstram que dominam também as técnicas a forja. Assim, a sucata de mola de caminhonetes se transforma aos poucos nas ferramentas: pixote, marrão, talhadeira.

¹² Técnica tradicional de manejo do solo com uso de fogo usado por agricultores e também para a produção de carvão no caso das pedreiras artesanais.

Figura 1 - A ferramenta está temperada (ou temprada) quando se verifica a linha furta-
cor ao riscá-la contra a pedra.



Foto da autora, 2016.

Por fim, os lajedos inteiros são preparados para se transformar em laje, lajota e paralelo. Ao limpar a área, os cortadores costumam transplantar as orquídeas e outras espécies para os pontos da pedreira que não serão aproveitados para o corte. Visualmente, a pedreira artesanal se distingue muito das empresas mineradoras: o chão é irregular, seguindo o desnível do solo e entre as pedras, e há muitas plantas. Não é de interesse do cortador “limpar o terreno”, suprimem a vegetação somente onde vão extrair. Por vezes é difícil dizer se estamos em uma pedreira ou em alguma trilha.

Figura 2 - Paisagem da pedreira de Campos de São João.



Fotos: Açony Santos, 2017.

Os cortadores trabalham em pequenos grupos, porém cada um executa sua atividade individualmente, sendo coletivo o momento do café da manhã na pedreira. Migram conforme a pedra aponta: procuram por lajedos mais vantajosos de serem explorados e mudam de área caso a pedra 'não dê o veio'¹³. As pedras são utilizadas para o alicerce de casas, paredes, muros, mas também são adquiridas pelas prefeituras para o calçamento das ruas, consumindo esta mercadoria extraída irregularmente. Com a economia do ecoturismo, o material passou a ser empregado na construção de pousadas e hotéis, que o adquirem a um preço ínfimo e se beneficiam do capital simbólico agregado ao produto esteticamente associado à tradição da região.

O saber extrair pedras à mão é uma prática de longa história da Chapada Diamantina, eram com técnicas muito similares às descritas pelos meus interlocutores que seus antecessores, trabalhadores dos garimpos de diamante, bamburravam¹⁴ a sorte. Mesmo que a pedra siga sendo utilizada na construção civil, a continuidade deste ofício encontra-se ameaçada: a remuneração pelo serviço de

¹³ O veio da pedra é uma faixa alongada e estreita, geralmente com tonalidade diferentes, onde o cortador irá trabalhar para que a pedra se quebre naquele ponto, partindo-se em folhas que se tornarão paralelepípedos ou lajes.

¹⁴ Bamburrar é o termo utilizado na região para se referir ao garimpeiro que encontra um diamante de grande valor.

extração da pedra é insuficiente para viver somente deste ofício, forçando os mestres cortadores a buscarem alternativas para a complementação da renda. A baixa remuneração associada à desvalorização deste trabalho afasta as novas gerações que preferem trabalhar com serviços mais leves no terceiro setor. Muitas pedreiras informais foram embargadas; sem recursos ou qualquer forma de apoio para se legalizar e sendo cobradas a apresentar a extensa (e custosa) documentação de mineradoras, os artesãos da pedra procuram outros rumos: uns trabalham como pedreiros e fazem serviços *'pra fora'*, outros pararam de trabalhar. Diversas vezes me foi relatada a existência do problema de abuso de álcool e drogas associado pelos moradores à falta de trabalho e de perspectivas de futuro. Mesmo temendo serem presos, alguns cortadores de pedra continuaram no ofício.

Para a continuidade do ofício se faz necessário mediar os interesses das agências de proteção e propor planos de preservação que definam o uso sustentável dos recursos naturais, promovendo a salvaguarda do patrimônio ambiental e cultural. O Eixo 4 da Política de Salvaguarda¹⁵ (IPHAN, 2017) denominado “Produção e Reprodução Cultural” apresenta duas ações voltadas para este fim: as ações 4.2 Apoio às condições materiais de produção dos bens culturais registrados e 4.5 Medidas administrativas e/ou judiciais de proteção em situação de ameaça ou dano ao bem cultural registrado que, apesar de serem ações propostas para bens registrados, são possibilidades de atuação na qual a política de Salvaguarda já agrega alguma experiência como veremos no caso do Ofício de Paneleiras de Goiabeiras mais à frente. Exemplo de mediação são esforços empregados pelo ICMBio para realizar um plano de convívio e manejo dentro do PNCD, no Vale do Pati, enfocando a permanência das populações tradicionais no local. A relação tensa que se colocou entre parque e moradores surge das limitações impostas pela Unidade de Conservação:

Com a criação dessas restrições, sem haver a contrapartida de desenvolvimento de outras áreas de trabalho relacionadas à preservação ambiental, ao valor histórico-cultural e ao turismo, como justificado na criação do Parque Nacional (ICMBio, 2009), se construiu uma imagem antipática, repressora e distante da comunidade (ICMBio, 2009) tornando difícil a construção de uma relação de proximidade e confiança entre as comunidades residentes e a administração do PNCD. (INRC-CD. 2015, p. 202)

Para superar os problemas, propôs-se a construção participativa de um Termo de Compromisso visando estabelecer a aliança entre moradores e gestores. Este processo contou com profissional mediador de conflitos, um levantamento dos conhecimentos e interesses locais e foram consolidados no

¹⁵ O Iphan utiliza os 4 eixos de ação na gestão dos bens Registrados, estes se desdobram em 15 tipos de ações. Ao construir o plano de salvaguarda os coletivos de detentores definem quais ações e que prazos são de prioridade para a salvaguarda do Bem. Os eixos e ações podem ser consultados na cartilha Salvaguarda de bens registrados: patrimônio cultural do Brasil. Apoio e fomento. (IPHAN, 2017).

Termo de Compromisso onde se estabelecem os direitos e deveres de ambas partes. “A construção de um termo de compromisso foi uma conquista já esperada pelo Plano de Manejo do PNCD” (INRC-CD, 2015 p.204). Em outra atuação do ICMBio, foi realizado um estudo sobre o modo de vida tradicional dos moradores do Vale do Pati, identificando seu manejo da terra, práticas extrativistas e construtivas, e uso do fogo:

No final deste trabalho se estabeleceu um acordo entre um órgão ambiental e saberes tradicionais, legitimou-se o direito de uso dos recursos naturais pela população tradicional através do reconhecimento de seus saberes e técnicas tradicionais de lida e manejo ambiental. (INRC-CD, 2015, p. 206)

Diferente dos moradores do Vale do Pati, que hoje oferecem o suporte indispensável para a operacionalização do ecoturismo dentro do parque, os extratores de pedra de Campos de São João não são vistos enquanto populações tradicionais. A própria natureza do seu trabalho – mineração – pouco conflui com os preceitos que embasam as práticas de manejo sustentável, parecendo, aos olhos leigos, uma atividade de grande impacto ambiental. Apesar de a matéria rochosa não ser renovável as técnicas aplicadas pelos extratores de pedra são de mínimo impacto: as coivaras são pequenas e só produzem o carvão necessário para o fole, não retiram todos os lajedos, mas somente aqueles em que a pedra ‘dá o veio’, os mais produtivos. Também não removem a vegetação, possuem um amplo conhecimento do bioma em que vivem e dos recursos que ele apresenta¹⁶.

Na realização de ações de salvaguarda do Patrimônio Imaterial são diversas as situações nas quais, para garantir a preservação do bem, o escopo das ações a serem realizadas ultrapassam a competência do Iphan. Ressalta-se assim, a não correspondência entre a forma fragmentada do Estado de gerir e a maneira que as populações tradicionais experienciam a vida, onde estas dimensões estão interrelacionadas e imbricadas na cultura no sentido amplo do conceito. Devendo as políticas públicas ambientais e culturais serem transversais e articuladas.

No Espírito Santo, a associação das Paneleiras de Goiabeiras se consolidou na luta pelo acesso ao mangue de onde extraem o barro. Atualmente a salvaguarda deste ofício está relacionada a uma série de problemáticas de ordem social e ambiental destacadas no plano, tais como o impacto da implementação de estação de tratamento de esgoto sanitário na área de extração do barro, a perspectiva do esgotamento da jazida e a urbanização dos bairros adjacentes ao mangue (IPHAN, 2006). Para a continuidade deste ofício as paneleiras contaram com programa de educação ambiental da Universidade

¹⁶ Em uma das idas à pedreira os cortadores de pedra me fazem provar duas plantas nativas que podem ser consumidas. Uma, o xique-xique, é o cacto que se ingere para se hidratar nas estadias prolongadas na serra, a outra, uma raiz usada como adoçante natural.

do Espírito Santo em parceria com o Ibama, o trabalho institucional do Iphan e instrução do Sebrae. Sendo, no entanto, suas demandas, enquanto sociedade civil e detentoras deste patrimônio, o ponto de partida para a realização das ações.

O modo de fazer Viola-de-Cocho, reconhecido como patrimônio imaterial em 2004, também enfrenta desafios frente a legislação ambiental:

Tendo em vista a legislação ambiental que determina a autorização para corte de árvores, muitas vezes os artesãos se veem na posição de ilegalidade por cortar madeira ou com ela trabalhar sem esse licenciamento, dadas as dificuldades em obtê-lo junto às instituições ambientais competentes. Existem, assim, alguns obstáculos à livre produção do instrumento pelos artesãos/cururueiros que comprometem a reprodução dos saberes relacionados a sua fabricação e execução musical. (IPHAN, 2009 p.68).

O Fandango Caiçara, assim como o ofício do corte de pedra, ocorre em áreas protegidas por Unidades de Conservação e tem suas práticas inviabilizadas pela atual legislação ambiental que os penaliza por atos inerentes a sua cultura. Assim como os cortadores de pedra, a criminalização da extração expulsou os caiçaras para outras áreas “produzindo outros conflitos em áreas urbanas e rurais pela falta de emprego, resultando na rápida e triste degradação de sua condição de vida” (DIEGUES; COELHO, 2014, p.64). Para garantir a salvaguarda destes bens imateriais citados até agora, faz-se necessário viabilizar a permanência e transmissão dos saberes e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais que são indissociáveis da prática em questão.

O uso da pedra na construção neste território apresenta aspectos chave para o pleito do registro enquanto patrimônio imaterial: é uma referência cultural dinâmica e de longa continuidade histórica, imbricada na história da formação da região, que traz elementos da memória e identidade da população local e é representativa da diversidade cultural brasileira. No entanto verifica-se que seus detentores – os construtores e cortadores de pedra – são grupos não articulados, dispersos pelo território, com poucas associações representativas, possuindo pequeno capital político para defender seus interesses nas câmaras municipais ou formar uma rede de detentores apta para apresentar o pedido de registro para os órgãos estadual e nacional. Cabe enfatizar que, sobretudo, pesa sobre eles a pecha de degradadores, que dificulta seu enquadramento como o clássico sujeito coletivo de direitos enquadrado na classificação de “populações tradicionais”.

Entendendo o uso da pedra como aspecto da identidade local e uma referência cultural representativa dos povos formadores da sociedade brasileira, caberia ao Iphan incentivar modos de construir que se utilizem destas técnicas e promovam a difusão do conhecimento destes artífices. Os próprios extratores entendem que seu ofício é de fundamental importância para a preservação das cidades históricas:

O fechamento [da pedreira] fere a construção civil porque a pedra é de fundamental importância na construção(...) Lençóis é um exemplo uma cidade que a maior parte de sua construção é em pedra, mas se não pode explorar como faz? Uma cidade tombada como Lençóis que tudo é em pedra, mas e não pode ter pedra? (DE JESUS, L. 2017)

Porém muitas práticas institucionais vão na contramão do diálogo com a população e da preservação em um sentido mais amplo. Em Ipatu, as construções contemporâneas em pedra foram proibidas pelo Iphan, conforme relatam os moradores do povoado:

De uma forma geral, a população pede que haja diálogo com o Iphan sobre a atual norma que veta construções em pedra, tendo em conta que se trata de uma tradição construtiva consolidada na localidade, enraizada em saberes que o próprio Iphan tem documentado através da ação "INRC dos Mestres Artífices da Chapada Diamantina". Sugere-se que o Chefe do ETEC e a Coordenação Técnica do Iphan realizem oitivas da população sobre este tema e busquem formas de adequar as normativas para que não se perca essa rica tradição [...] (ADINOLFI, 2016).

É imprescindível que os técnicos que atuam com a preservação do patrimônio material levem em conta os aspectos materiais e imateriais e que envolvam as diversas instâncias responsáveis pela sua gestão, bem como o diálogo continuado com a comunidade em uma condução transparente dos parâmetros construtivos.

A situação dos extratores de pedra de Campos de São João é a mesma que encontramos em outros municípios ao longo da pesquisa do INRC-CD, que, com o processo de institucionalização destas práticas tais como adequação legal e necessidade de licença ambiental não conseguem regularizar a sua atividade.¹⁷

Da prática ilícita ao reconhecimento da nação: a patrimonialização como saída?

Identifiquei nesta pesquisa que o patrimônio cultural está ameaçado no contexto dos saberes tradicionais da construção em pedra na Chapada Diamantina. Por não serem amparados por política alguma que os compreenda em sua especificidade, estas populações deparam-se com diversos procedimentos intransponíveis devido à falta de recursos: licenciamento ambiental, formalização da cooperativa, tributos, etc.

As questões mercadológicas, abordadas na ação 3.5 *Ampliação de mercado com benefício exclusivo dos produtores primários dos bens culturais imateriais* do Eixo 3 da Política de Salvaguarda (IPHAN, 2017), devem ser incluídas nos debates com os sujeitos de pesquisa para a elaboração planos

¹⁷ Sobre a criminalização da extração de pedra na Chapada Diamantina ver Zanardi (2017).

de salvaguarda e ações de preservação do patrimônio imaterial. Este assunto é trazido para as reuniões do Conselho Gestor da Salvaguarda do Ofício das Baianas de Acarajé, nas quais elas demandam a intervenção do Iphan na negociação com a prefeitura pelos espaços de comercialização, na compra do camarão seco, entre outros. Mesmo com a pedreira embargada, a compra de pedras não cessa. Edson, um dos interlocutores, comenta sobre o assunto:

Fala de parar, de embargar, de não tirar pedra, mas a procura não para né? A procura é grande. A necessidade é grande. O que é que os órgãos estão fazendo nessa parte do comércio? Quer dizer se para uma pedreira então também tinha que parar a construção em pedra, não parou, nunca para. O consumo, a oferta, a procura é grande. Há uma incompatibilidade entre o que eles querem atacar, mas a outra parte eles deixam livre. (SILVA, E. A. 2017).

As pedras cortadas à mão são compradas por hotéis e pousadas e usadas na construção das casas de veraneio, operam como marcos de distinção social. No contexto das cidades turísticas da Chapada Diamantina os moradores são divididos em duas categorias de origem: “os de fora”, geração de moradores provenientes de outros estados e até países que se estabeleceram nas cidades em torno do Parque, e “os de dentro”, também autodenominados nativos, netos de garimpeiros e estabelecidos na região há mais de três gerações. Via de regra é o primeiro grupo que pode adquirir e construir com pedra, enquanto que os nativos não conseguem acessar este material, pois seu preço supera o da construção em bloco ou tijolo. Exceção são os cortadores de pedra que utilizam o produto de seu trabalho na construção de suas casas.

Os que constroem em pedra a entendem como um elemento distintivo, um destaque nas decorações de quartos de hotel que está em diálogo com a estética da região e das cidades tombadas. Com o investimento em turismo a cidade se torna um dos atrativos ofertados e as práticas típicas são carregadas de novos valores e sentidos, incorporando um valor simbólico que torna o investimento baixo para o comprador, se calculado o retorno em vendas aos turistas. Assim, abrindo mão da dimensão memorial do patrimônio, há uma estética patrimonial criada para a ambiência das Cidades-Atração (SANT'ANNA, 2003), preparadas para o turismo:

Além dos valores documental, simbólico e afetivo até agora atribuídos a esses bens, o seu valor de mercado é o que emerge na crista da onda cultural contemporânea, no Brasil e fora daqui. (ARANTES, 2004. p.14)

Se pelas vias tradicionais de acesso aos minérios se faz inviável que os extratores de pedra legalizem seu ofício, a pesquisa de mestrado apontou para experiências em que acionar a chave do Patrimônio Imaterial tenha contribuído para a continuidade das práticas culturais.

São diversas as motivações que levam os detentores recorrem à patrimonialização dos bens. Um motivo recorrente é quando a continuidade do bem em questão encontra-se em situação de risco.

Exemplo disso é o pedido de registro da Festa do Sr. dos Passos, motivado pela situação de litígio em que se encontravam os representantes da igreja e da sociedade civil no início deste processo em 2015. O pedido foi feito pela entidade Sociedade União dos Mineiros, tradicionalmente responsável por diversos aspectos litúrgicos da festa que estava sendo coibida de suas práticas rituais. A atuação do Iphan, Ipac e Ministério Público do Estado da Bahia no biênio 2016-2017 resultou na dissolução dos principais entraves à execução dos aspectos litúrgicos da festa.

A patrimonialização pode ser entendida como ferramenta para a dissolução de conflitos, articuladora e agenciadora de recursos, tanto físicos quanto financeiros. De modo amplo, essas políticas são uma forma de garantir às populações tradicionais seus direitos culturais e o acesso à cidadania. Queiroz (2014) aposta na efetividade deste acesso por meio do instrumento do Registro. O autor defende a ideia de que, porque os direitos culturais constam no rol dos direitos fundamentais, a proteção dos bens patrimoniais tem status de lei.

Conforme apresentado acima, o grupo dos extratores de pedra não possui capital político suficiente nem representatividade para demandar uma política de salvaguarda perante a autarquia. Falta a estes coletivos a mobilização das categorias já apropriadas por outros sujeitos e detentores, como a identidade, para disputar lugar no campo das políticas públicas. Aqui entendo a relação entre identidade e políticas públicas de cultura como descreve Castells:

Se o patrimônio é um artefato cultural, ele próprio sempre se (re)criando, nos afastando de uma postura essencialista, a identidade que nos preocupa e dá sentido e continuidade a esse patrimônio é a que pressupõe a transformação (apropriação) de seu passado na sua própria vivência e a manipulação de seus atributos de alteridade como forma de defesa de direitos. (CASTELLS, 2007, p. 71)

Existem outros caminhos possíveis que vem sendo acionados pelos grupos, instituições e pesquisadores para legitimar as práticas populares. O SEBRAE (2004) sugere pensar as produções rurais – incluindo as atividades não-agrícolas rurais – a partir da política de indicação geográfica de origem controlada, certificação já concedida às panelas produzidas pelas paneleiras de goiabeiras, sobre as quais incide também a proteção do registro do Patrimônio Cultural Imaterial (PCI).

A criação dos conceitos de “comunidades tradicionais” e “fundo de pasto” também são contribuições mobilizadas para acessar direitos e, geralmente, seu uso está ligado a direitos fundiários mais do que direitos culturais. Segundo Carneiro da Cunha:

A categoria de ‘populações tradicionais’ é ocupada por sujeitos políticos que estão dispostos a conferir-lhe substância, isto é, que estão dispostos a construir um pacto: comprometer-se a uma série de práticas conservacionistas, em troca de algum tipo de benefício e sobretudo de direitos territoriais. Nessa perspectiva, mesmo aquelas sociedades que são culturalmente conservacionistas são, não obstante e em certo sentido, neotradicionais ou neoconservacionistas. (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 300).

A categoria não se encontra atrelada a um povo específico, podendo ser acionada pelos mais diversos sujeitos políticos para mobilizar pautas específicas. A atividade econômica dos grupos também passou a ser um marcador de pertencimento às comunidades tradicionais, inicialmente pelo movimento dos seringueiros e quebradeiras de coco babaçu e logo se expandiu para diversas atividades extrativistas, coletoras e pescadores tradicionais. O decreto 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), baseia-se na concepção antropológica do termo e em seu artigo 3º entende por Povos e Comunidades Tradicionais.

“grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.” (BRASIL, 2007)

Por fim, a última categoria que eu gostaria de apresentar é “Fundo de pasto”. Termo que inicialmente se referia a uma forma de criar caprino em áreas de pastagens comuns na Bahia, ganhou força política e se articulou enquanto movimento social. Mais recentemente a categoria foi ampliada para uma multiplicidade de sujeitos e grupos sociais que a habitam. Nessa dilatação da identidade dos fundo de pasto, inclui-se, por exemplo, comunidades pesqueiras e marisqueiras que acionam a identidade territorial para acessar as possibilidades que ela traz. Mais do que pertencimento identitário essas categorias:

São novas unidades de mobilização social que implicam novas alianças, novas pautas e novas denominações. Sua pertinência depende de seu poder de mobilização e ação política, da eficácia como categoria de confronto (ALMEIDA, 1988) definida pela capacidade em conquistar poder, espaço político, terra, recursos, políticas públicas e projetos. (FERRARO; BURSTYN, 2008, p.6)

Observa-se assim, alguns caminhos possíveis para preservação desse saber. A patrimonialização deu início à discussão e expôs, ao mesmo tempo, os limites de suas ações se vistas de modo isolado, sem que haja um diálogo entre sociedade civil e as diferentes instituições do poder público. Sublinho que, ao longo dos diálogos com os cortadores, estes enfatizaram o impacto mínimo de seu trabalho na degradação do ambiente. Isso se deve aos seus conhecimentos de técnicas associadas (a coivara, o manejo de plantas) assim como as ações que desenvolvem para manutenção do lugar, como o voluntariado em brigadas de incêndio. Essa perspectiva é corroborada pelos pesquisadores do INRC-CD no Caderno de Memórias Mestres Artífices: Bahia (2017), estes concluem sobre os impactos deste tipo de atividade:

Outro problema que merece ser ressaltado é generalizar a suposição de que uma atividade extrativista realizada em pequena escala tenha capacidade de atingir e comprometer, de maneira significativa, a área ambiental que lhe fornece a matéria-prima. Na realidade, estas atividades, por suas especificidades de desenvolvimento, apresentam um impacto mínimo em relação ao meio ambiente, sendo, portanto, praticamente nulos os danos causados pela extração da matéria-prima. (Lins, E. A.; Santana, M. C., 2017, p. 262)

Para a continuidade destes ofícios e a sobrevivência dos modos de fazer das comunidades estudadas é imprescindível que as instituições envolvidas na preservação – ambiental e patrimonial – estabeleçam diálogo na elaboração de políticas transversais. As indicações para a salvaguarda¹⁸ para o ofício dos extratores de pedra apontam para esta construção.

As políticas públicas dependem da articulação de diversos gestores e atores locais para a aplicação de recursos humanos e financeiros das entidades envolvidas. É necessário a vontade política para que estas populações passem a ser compreendidas como detentoras de saberes tradicionais que devem ser preservados. Esta pesquisa buscou visibilizar estes sujeitos que devem ser acautelados, seja por meio da defesa de direitos difusos, no reconhecimento de seus saberes patrimoniais ou de sua especificidade como populações tradicionais.

¹⁸ As indicações de salvaguarda se referem à todos os ofícios identificados no INRC-CD e podem ser encontrados no Caderno de Memórias Mestres Artífices: Bahia (2017, p. 272).

Referências

Fontes

Adinolfi, M.P.F. (20/05/2016) Informação Técnica nº 0152/2016 sobre o projeto Consolidação Patrimonial de Igatu.

De Jesus, L. C. A. (14/06/2017). Depoimento concedido em Campos de São João, Palmeiras, Bahia.

Silva, E. A.. (14/06/2017). Depoimento concedido em Campos de São João, Palmeiras, Bahia.

Referências bibliográficas

ARANTES, A. **O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda**. *Resgate (13) Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas SP, 2004.

BANAGGIA, G. **As forças do jarê: movimento e criatividade na religião de matriz africana da Chapada Diamantina**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro: UFRJ/MN, 2013.

BRASIL. Decreto n. 6.040 de 7 de fev. de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. 2007.

CARNEIRO DA CUNHA, M. **Cultura com aspas**. São Paulo, Cosac Naify. 2009

CASTELLS, A. N. G. **Políticas de patrimônio: entre a exclusão e o direito à cidadania**. *Revista O público e o privado*, nº 10, (dezembro-julho, 2007).

DIEGUES, A. C.; COELHO, D.M.T. **O registro do fandango caiçara e sua eficácia**. *Vivência Revista de Antropologia* (nº 44). 2004.pp. 53-66

FERRARO, L.A.; BURSZTYN, M. **Tradição e Territorialidade nos fundos de pasto da Bahia: do capital social ao capital político**. *Anais IV Encontro Nacional da Anppas*. Brasília, 2008.

INRC-CD. **Inventário Nacional de Referências Culturais dos Mestres e Artífices da Construção Civil Tradicional na Chapada Diamantina**. (novembro, 2015). *Relatório Etapa: Levantamento Preliminar*. 1ª versão para análise. Salvador.

IPHAN. **Modo de fazer viola-de-cocho**. (Dossiê) Brasília: DF, 2009.

IPHAN. **Ofício das Paneleiras de Goiabeiras**. (Dossiê). Brasília, DF. 2006

IPHAN. **Salvaguarda de bens registrados: patrimônio cultural do Brasil**. Apoio e fomento/coordenação e organização Rívia Ryker Bandeira de Alencar. Brasília, 2009.

LINS, E. A.; Santana, M. C. **Mestres artífices: Bahia** (Cadernos de Memória). Brasília, DF, Salvador, UFBA, 2017.

MANGILI, L.P. **Anseios, dissonâncias, enfrentamentos: o lugar e a trajetória da preservação em Lençóis (Bahia)**. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

QUEIROZ H.F.IO.G. **O registro de bens culturais imateriais como instrumento constitucional garantidor de direitos culturais.** Dissertação (Mestrado). Iphan, Rio de Janeiro, 2004.

RABELO, M. **Play and struggle:** dimensions of the religious experience of peasants in Nova Redenção, Bahia. Tese (Doutorado), Liverpool: University of Liverpool, 1990.

SANT'ANNA, M. **A cidade-atração:** patrimônio e valorização de áreas centrais no Brasil dos anos 90. *In:* Santos, Afonso Carlos Marques et alli (Orgs.). *Livro do Seminário Internacional Museus e Cidades.* Rio de Janeiro: MHN, 2003.

SEBRAE. **Territórios em movimento:** cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Vinícius Lages, Christiano Braga, Gustavo Morelli (ogs). Brasília, DF, 2004.

ZANARDI, P. P. **Narrativas visuais sobre o patrimônio cultural:** Os cortadores de pedra na Chapada Diamantina. Dissertação (Mestrado) – Iphan, Rio de Janeiro, 2017.